

ABHR e CEHILA-Brasil: uma parceria acadêmica de 20 anos

ABHR and CEHILA-Brasil: a 20-year academic partnership

*Sérgio Ricardo Coutinho**

Resumo

A contribuição da ABHR e do CEHILA-Brasil para os estudos de História do Cristianismo, das Religiões e do fenômeno religioso, de um modo geral, especialmente entre os historiadores em nosso país, é inegável e incontestável. Vários participantes do CEHILA-Brasil estavam nas primeiras horas da criação da Associação Brasileira de História das Religiões como sócios fundadores. Porque viram no projeto da ABHR a possibilidade de aprofundar o eixo “acadêmico-religioso” do CEHILA-Brasil. Qual era o perfil destes historiadores? Qual foi o tipo de contribuição dada à nova organização? Que efeitos trouxe para o próprio CEHILA-Brasil? O objetivo deste texto é fazer uma “memória analítica” da participação dos membros do Centro de Estudos em História da Igreja, Área Brasil (CEHILA-Brasil), na fundação e organização da Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR).

Palavras-chave: Historiografia. História das Religiões. História do Cristianismo no Brasil.

Abstract

The contribution of ABHR and CEHILA-Brasil to the studies of the History of Christianity, Religions and the religious phenomenon, in general, especially among historians in our country, is undeniable and indisputable. Several participants from CEHILA-Brasil were in the early hours of the creation of the Brazilian Association of History of Religions as founding members. Because they saw in the ABHR project the possibility of deepening the “academic-religious” axis of CEHILA-Brazil. What was the profile of these historians? What kind of contribution was made to the new organization? What effects did it bring to CEHILA-Brasil itself? The purpose of this text is to make an “analytical memory” of the participation of the members of the Center for Studies in Church History, Brazil Area (CEHILA-Brazil), in the foundation and organization of the Brazilian Association of History of Religions (ABHR).

Keywords: Historiography. History of Religions. History of Christianity in Brazil.

* Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professor do Departamento de História das Faculdades Integradas UPIS-DF. Ex-presidente de CEHILA-Brasil e sócio fundador da ABHR. E-mail: scoutinho6483@gmail.com

Introdução

O objetivo deste texto é fazer uma “memória analítica” da participação dos membros do Centro de Estudos em História da Igreja, Área Brasil (CEHILA-Brasil), na fundação e organização da Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR) nos primeiros anos de sua existência.

Em junho de 1999, durante o 1º Simpósio sobre História das Religiões, convocado por um grupo de historiadores da linha de pesquisa *Religiões e Visões de Mundo* do Curso de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (UNESP, Campus Assis, SP), foi apresentada a proposta de criação da Associação. Este evento, contou com a participação de vários membros do CEHILA-Brasil.

Qual era o perfil destes historiadores? Qual foi o tipo de contribuição dada à nova organização? Que efeitos trouxe para o próprio CEHILA-Brasil? Estas são algumas das questões que vão orientar este texto.

1. A conjuntura interna de CEHILA-Brasil há 20 anos atrás

Qual era a situação de CEHILA nos anos 1990? Não custa nada lembrar a proposta inicial da CEHILA e seus desdobramentos no Brasil.¹

Em janeiro de 1973, na cidade de Quito (Equador), um grupo de teólogos, com proximidades no estudo histórico, sob a liderança do argentino Enrique Dussel, fundam a Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina (CEHILA), um organismo autônomo, sem nenhum vínculo com a hierarquia católica, apesar de seus primeiros associados serem todos católicos e, alguns, membros do clero.

Esta independência alcançada logo de início foi extremamente positiva pois possibilitou ao grupo escrever uma história não corporativista da igreja. O projeto delineado naquela reunião era extremamente ambicioso: tratava-se de escrever uma “História Geral da Igreja na América Latina”, de início concebida em 12 volumes.

Na avaliação de Fernando Torres-Londoño,

a História Geral da Igreja na América Latina da CEHILA, [...], supôs pela primeira vez a existência, na América, de um grande projeto continental, sustentado numa divisão em oito áreas regionais que

superassem os limites nacionais, organizadas em torno de uma periodização geral comum que devia outorgar-lhe um sentido histórico dos fatos considerados. Assim, e isto era fundamental, aquele projeto deveria ser construído dentro de uma proposta historiográfica e teológica que fazia dos pobres o centro do cristianismo (LONDOÑO, 1995, p. 194).²

Paralelamente à realização deste grande projeto, nos anos 1980 a CEHILA procurou despertar a vocação de uma nova geração de historiadores da Igreja latino-americana: com ênfase regional, científicos em sua metodologia, orgânicos com os processos do Povo de Deus e dotados de senso crítico. Além disso, desejava-se desenvolver uma maior colaboração com os processos eclesiais e pastorais em curso, através de equipes nacionais de historiadores vinculados à CEHILA e, em geral, formar pastores, religiosos, militantes, especialistas e pesquisadores em História da Igreja, para servir tanto na esfera acadêmica, como no campo pastoral (CEHILA, 1995, p. 43).

Para isso, organizou-se um “Centro de Formação”, cuja função era de coordenar a realização de “Ciclos de Estudos de História da Igreja na América Latina e no Caribe”. O resultado foi a realização de 5 cursos de *Ciclos Longos* (4 meses de duração cada), entre 1980 e 1990, e de 13 cursos de *Ciclos Curtos* (um mês de duração cada), entre 1980 e 1994, em vários países do continente americano.

O desdobramento desta formação, foi a criação em 1990 de um *Programa de História da Evangelização*, ligado ao curso de Missiologia, fazendo parte do Programa de Mestrado em Teologia da Faculdade Nossa Senhora da Assunção de São Paulo. (CEHILA, 1995, p. 44). E foram estes cursos que formaram uma “2ª geração de historiadores” da CEHILA e, particularmente, para o CEHILA-Brasil. Entre eles poderíamos lembrar os nomes de Nainora Maria Barbosa de Freitas (UNAERP), Claudete Ribeiro de Araújo (IFMA), Maria Cecília Domezi (ITESP), Lauri Emílio Wirth (UMESP), Fernando Torres-Londoño (PUC-SP), Severino Vicente da Silva (UFPE), Luiz Carlos Luz Marques (UNICAP), Frei Marcos Antônio de Almeida (UFRPE/UFBA), Pe. Raimundo Possidônio da Mata (Arq. de Belém do Pará), Wagner Lopes Sanchez (PUC-SP), Mauro Passos (UFMG-PUC Minas) e Paulo Donizete Siepierski (UFRPE),³ entre outros.

Após a realização daquele projeto coletivo, a “primeira geração” da CEHILA não se sentiu envolvida na etapa posterior de institucionalização da Comissão por meio das Áreas geográficas.⁴ Esta inadequação se sentiu na Assembleia Geral de

1990, ocorrida no Chile.⁵ Podemos dizer que houve uma espécie de “crise de sentido” (“E agora? O que faremos?”).

Foi neste momento que se estabeleceu quais seriam os “interlocutores” para uma “nova” história da Igreja na América Latina, após o término do projeto: o mundo intelectual-acadêmico, o mundo eclesial e o mundo popular.

Quando do aniversário de 20 anos da CEHILA, nas vésperas da realização da sua IIª Conferência Geral, em 1995 (São Paulo),⁶ o encarte do “Boletim CEHILA” trouxe uma série de propostas para “um novo sentido” do fazer historiográfico.

Paulo Suess fez uma “autocrítica da historiografia do Cristianismo na América latina” e propôs uma “história advocatória”, com 10 tarefas para uma “segunda época” de produção historiográfica. A finalidade principal era que não poderia ser “[...] arqueológica, nem apologética, historicista ou futuroológica. A historiografia não tenta descobrir o destino, a vocação ou sentido escondidos, nesta história, para alguns (cristãos), mas mostrar a possibilidade do *projeto de vida de todos*” (SUESS, 1994, p. 13, grifos nossos).

Na mesma publicação, o fundador da CEHILA, Enrique Dussel retomou a proposta debatida em 1990 no Chile e traçou, de forma metódica, as possibilidades e consequências das articulações entre aqueles “três campos de ação”. Utilizando um gráfico com um triângulo equilátero, Dussel nominou cada vértice com uma ação (polo religioso, polo científico e polo popular). Do inter cruzamento entre “polo religioso” e “polo científico” poderiam surgir uma: a) “história da igreja”; b) uma “história ecumênica das igrejas”; ou ainda c) uma “história do fenômeno religioso em geral”. Sua proposta foi: “que CEHILA tem se situado entre a posição a) e b). Quiçá deva transitar decididamente a b), mas opino que *dar um salto a c) seria demasiado apressado e lhe tiraria a função*, já que um trabalho a realizar dentro das igrejas está longe de se ter conseguido [...]” (DUSSEL, 1994, p. 16, grifos nossos)

Na interseção entre o científico e o fenômeno popular, a CEHILA deveria continuar, segundo Dussel, “com suas experiências de história para o povo de pobres e oprimidos”. Na relação “compromissos eclesiais no horizonte popular”, CEHILA desejava que sua tarefa científica estivesse ligada, de algum modo, com os movimentos eclesiais, ecumênicos, religiosos em geral, “mas se trata[va] de uma intenção, de uma pretensão, de uma tensão insubstituível” (DUSSEL, 1994, p. 16).

De fato, a proposta de Dussel se sobressaiu, mesmo com o alerta feito por Paulo Suess.

Esta proposta dos eixos de trabalho – popular, ecumênico e acadêmico –, permitiu um respiro à questão do sentido. No entanto, o “polo popular” não houve quem pudesse avaliar se a produção que CEHILA produziu foi ou não pertinente. E o mesmo processo também foi percebido para a “Área Protestante”.

Em síntese, numa avaliação daqueles 20 anos de caminhada da CEHILA, podemos dizer que foi valorizada, em particular, o desenvolvimento de uma consciência e reflexão em nível latino-americano, reforçada pelo avanço desigual das Áreas, por uma presença acadêmica crescente, pela geração de novos projetos e a consolidação de uma rede de investigadores sobre o fenômeno religioso cristão historicamente situado na América Latina. Mas outros aspectos não funcionaram: as peculiaridades em que cada Área se desenvolveu, a pouca precisão sobre o público e os destinatários do trabalho de pesquisa, o incipiente ecumenismo, as dificuldades de comunicação e a debilidade (especialmente econômica) da estrutura institucional.

De fato, reforçando a ideia de “avanço desigual” das áreas geográficas, o CEHILA-Brasil vinha numa grande dinâmica naqueles anos 1990, com o surgimento de uma “3ª geração” de historiadores do Cristianismo na América Latina (aquela que não participou nem do projeto de História Geral, nem dos cursos Longos e Curtos), vindos ora de diferentes grupos eclesiais, ora de Faculdades de Teologia e Ciências da Religião, ora das Universidades públicas e laicas, com alguma proximidade com uma “Esquerda cristã”, ou mesmo sem nenhuma militância político-eclesial e que tiveram algum contato com as muitas publicações do CEHILA-Brasil, entre elas a já clássica “História da Igreja no Brasil” (1977).⁷

Entre estes historiadores da “3ª geração” nos vêm à mente Mabel Salgado Pereira (CES-JF), Beatriz Dias Miranda, Janira Sodré Miranda (IFG), Sylvana Maria Brandão de Aguiar (UNINASSAU), Eduardo Crochet (CMJF), Eduardo Gusmão de Quadros (UEG/ PUC-GO), Wellington Teodoro da Silva (PUC Minas), William César de Andrade (SEDF), Lyndon de Araújo Santos (UFMA), Diego Omar da Silveira (UEA) e Sérgio Ricardo Coutinho.

Por meio de seus simpósios anuais, o CEHILA-Brasil aderiu a proposta de Enrique Dussel procurando estreitar mais os polos “acadêmico-religioso” e prati-

camente deixou de lado, enquanto organização, o “acadêmico-popular” e o “religioso-popular”.⁸ No entanto, uma “história advocatória”, minimamente comprometida com o “projeto de vida do Outro” se manteve presente no fazer historiográfico de muitos de seus membros.

Desta forma, em 1996, na cidade de São Paulo, organizou-se um simpósio para melhor aprofundar a presença protestante e pentecostal no Brasil. Em Recife, no ano de 1997, um simpósio sobre as *Religiões no Nordeste do Brasil: uma história de confrontos e convergências*; em Juiz de Fora, em 1998, tivemos *Uma busca de sentido: as religiões nas Gerais*; e, em 1999, se realizou em Brasília o simpósio sobre *Religiosidades, misticismo e história no Brasil Central*.

2. O olhar externo dos “historiadores profissionais” sobre CEHILA-Brasil⁹

Dois jovens historiadores, Bruno Feitler (UNIFESP) e Evergton Sales Souza (UFBA), lançaram, em 2012, a obra “A Igreja no Brasil”, um estudo sobre as normas e práticas durante a vigência das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707).

O objetivo da obra era apresentar um conjunto de textos que visavam “o aprimoramento dos nossos conhecimentos acerca da história da Igreja e, por conseguinte, da história social do nosso país”, além de ter um “renovado interesse pela história da instituição eclesiástica”.

Procuraram, para isso, se distanciar dos velhos cânones de uma “história eclesiástica de caráter confessional”, buscando avaliar, reavaliar e compreender o peso e a extensão do papel desempenhado pela Igreja (episcopado, clero regular e secular) na formação da sociedade luso-brasileira. Além disso, os textos da obra indicariam “novas abordagens e caminhos” para serem percorridos por outros pesquisadores (FEITLER; SOUZA, 2012, p. 9 e 19)

Nesta “nova abordagem”, tomando “as devidas distâncias em relação a ideologias ou bairrismos”, os autores se posicionaram em relação à historiografia do CEHILA-Brasil. Para eles, a “tentativa de renovação dos estudos históricos” na área de história da Igreja, nada mais foi do que “aventuras interpretativas carregadas de um *substrato ideológico*”. Além disso, a “*História da Igreja do Cehila (sic)*, que se queria ‘ensaio de interpretação a partir do povo’, tem *sérios limites do ponto de vista do rigor metodológico*, não obstante o caráter desigual dos textos nela reunidos” (FEITLER; SOUZA, 2012, p. 16-17, grifos nossos).

A abordagem que Eduardo Hoornaert fez, naquela obra, sobre as *Constituições* é de que elas revelavam um “esforço nativista” (uma forma de libertação, de um Brasil mais independente de Portugal) por parte do bispo da Bahia. “Evidentemente”, afirmam os autores, “não compartilhamos essas afirmações que *não estejam sobre qualquer base documental [...]*” (FEITLER; SOUZA, 2012, p. 16, grifos nossos).

Antes mesmo destes dois autores, outros “historiadores profissionais” criticaram a produção do CEHILA-Brasil no mesmo diapasão. Laura de Mello e Souza afirmou que “tal empreitada se realizou sob a perspectiva da *Igreja militante*, visivelmente *comprometida com a teologia da libertação*” (SOUZA, 2001, p. 75-76, grifos nossos). Para Ronaldo Vainfas, o volume organizado por Eduardo Hoornaert “procurou estudar a instituição eclesiástica [...], ainda que *numa perspectiva marxista*” (VAINFAS, 2001, p. 99). Segundo Luiz Felipe Baeta Neves, o livro *História da Igreja no Brasil* fazia parte de grandes revisões críticas gerais “*de caráter antes ensaístico e ideológico*, fruto de resoluta *ida ao arquivo e à investigação de singularidades*” (NEVES, 1997a, p. 24). Guilherme Pereira das Neves, por sua vez, observou que aquela obra “além de apresentar uma visão por demais genérica, *sem apoio de pesquisas monográficas*”, acabou por recair sobre “uma certa *ingenuidade conceitual [...]*, provinda da simpatia pela *Teologia da Libertação*” (NEVES, 1997b, p. 35, grifos nossos).

A ilusão da pretensa neutralidade e objetividade na História. Longe de fazer aqui o papel de “historiador advocatório” de CEHILA-Brasil, penso que mereceria fazer algumas observações ao “discurso autorizado” dos “historiadores profissionais”. Recorro às críticas ferozes de Jean Chesneaux (1995) sobre “as falsas evidências do discurso histórico”.

Todo historiador, particularmente quando se trata de “julgar” um iniciante ou avaliar o trabalho de um colega, examina a princípio a bibliografia. Uma bibliografia boa deve obrigatoriamente distinguir estritamente os materiais primários (“fontes”) e os escritos de outros historiadores (“estudos”). Entre as fontes que permitem conhecer o passado, os historiadores reivindicam assim um estatuto à parte, com base, uma vez mais, corporativa. E os escritos de seus “colegas”, mesmo antigos, são diferenciados dos materiais relativos ao passado: leis, atos públicos, documentos administrativos, correspondência privada, discursos, etc. Mas essa cômoda convenção é uma falsa evidência.

Isto porque todo material, qualquer que seja seu caráter e sua data, seja ele contemporâneo ou posterior aos fatos, só reflete incompletamente a realidade histórica. O historiador não é mais “neutro” que o legislador, o escriba, o arquivista, o memorialista, o orador, o epistológrafo.

Além disso, os “historiadores profissionais” estão profundamente alimentados por um desprezo em relação aos “amadores”. Esses são mantidos à margem num “ingênuo orgulho corporativo”.

O “discurso histórico profissional” também é produtivista. São necessárias teses e outras “obras magistrais”, artigos “sugestivos”, publicações de materiais, contribuições para colóquios e seminários. O crescimento é um objetivo em si porque o saber histórico está fechado sobre si mesmo. Todo o tema de pesquisa é igualmente bom, desde que possa ser abordado com a ajuda de materiais suficientemente abundantes, preferivelmente de difícil acesso. Isso significa que a inserção técnica de um tema no conjunto de nossos conhecimentos especializados conta bem mais que a função social real e os campos desse tema (CHESNAUX, 1995, p. 66-77).

Chesneaux sentencia:

tudo isso, tecnicidade profissional, intelectualismo cumulativo, produtivismo, funciona a serviço da ordem estabelecida, dos valores de base da sociedade capitalista e de toda a ideologia dominante. O discurso histórico escava o fosso entre as massas populares e os especialistas. Quanto mais se consolida o modelo de produção industrializada com alta tecnologia, mais o povo está excluído, transformado, aqui como alhures, em consumidor passivo... (CHESNEAUX, 1995, p. 77)

Raros historiadores de ofício aceitam refletir séria e rigorosamente sobre o papel que tem sua atividade profissional na vida política e social: ela atua a favor da ordem estabelecida ou a favor do “projeto de vida para todos”? Pouquíssimos aceitam refletir sobre as relações que existem entre os temas de seus estudos, a própria forma pela qual são conduzidos e o equilíbrio da sociedade neoliberal. Vivem confortavelmente na ideia do isolamento entre “ofício” e sociedade.

Penso que o CEHILA-Brasil não se deixou cair neste conforto, mesmo pagando o preço de ser visto por seu “caráter ideológico”.

3. A participação d@s historiador@s do CEHILA-Brasil na ABHR

Vários participantes do CEHILA-Brasil estavam nas primeiras horas da criação da Associação Brasileira de História das Religiões como sócios fundadores.¹⁰ Mas por quê? Porque viram no projeto da ABHR a possibilidade de aprofundar o eixo “acadêmico-religioso”. No seu início, o grupo do CEHILA-Brasil foi o que compôs com um bom número de historiadores a Associação.

Apesar do caráter multidisciplinar da Associação, e aberto aos estudos dos fenômenos religiosos de forma ampla, os membros do CEHILA-Brasil mantiveram-se dentro dos limites das posições “a) e b)” propugnada por Enrique Dussel. Penso que esta foi a grande contribuição do CEHILA-Brasil nos primeiros anos da ABHR.

Para verificar melhor esta participação dos membros do CEHILA-Brasil, penso que os 10 volumes da *Coleção Estudos da ABHR*, publicada pelas Edições Paulinas entre 2002 e 2015, sejam o espaço privilegiado para avaliar sua produção historiográfica.

Foram 16 membros¹¹ que contribuíram na organização de volumes e publicações de capítulos na Coleção. Seis livros (60%) foram organizados diretamente, ou em parceria, por “cehilianos”¹² e em apenas dois livros não houve nenhuma contribuição. Vejamos a distribuição dos artigos de membros do CEHILA-Brasil publicados, por temáticas, em cada volume:

Capítulos por Volumes	Capítulos de membros CEHILA-Br	Capítulos de membros do CEHILA-Br sobre Igreja Católica	Capítulos membros CEHILA-Br sobre Protestantismo e Pentecostalismo	Capítulos membros CEHILA-Br sobre Religião	Capítulos membros CEHILA-Br sobre teoria, metodologia e historiografia do fenômeno religioso
12 (vol. 1)	03	--	01	--	02
10 (vol. 2)	03	--	--	01	02
11 (vol. 3)	--	--	--	--	--
10 (vol. 4)	06	04	02	--	--
09 (vol. 5)	--	--	--	--	--
12 (vol.6)	01	01	--	--	--
14 (vol.7)	03	03	--	--	--
17 (vol.8)	--	--	--	--	--

15 (vol.9)	01	--	--	--	01
11 (vol. 10)	04	04	--	--	--
121 (100%)	21 (17,3%)	12 (10%)	03 (2,4%)	01 (0,8%)	05 (4,1%)

Como vemos acima, 21 capítulos da Coleção são de membros de CEHILA-Brasil. De fato, o Cristianismo foi sempre o foco de investigação e a história da Igreja Católica a temática preferencial.

Acusado de “ingenuidade conceitual”, o CEHILA-Brasil, nesta coleção, trouxe uma série de colaborações no campo propriamente de “epistemologia das Ciências da Religião”, revelando um distanciamento frente aos pressupostos da Teologia da Libertação. São textos sobre tipologia do pentecostalismo brasileiro (Paulo D. Siepierski, vol. 1), a contribuição do campo protestante para o estudo da Religião (Lauri E. Wirth, vol. 4), sociologia política e ciência política da religião (Wellington Teodoro, vol. 9), e sobre o campo religioso e fenomenologia da religião (Antonio G. de Mendonça, vol. 1).

No campo dos estudos sobre o Protestantismo, foram abordagens mais amplas sobre a crença protestante no Brasil e na América Meridional (Lyndon Araújo, vol. 4 e Martin Dreher, vol. 2), e um estudo específico sobre a história do Protestantismo e Pentecostalismo no Maranhão nos séculos XIX e XX (Lyndon Araújo, vol. 2).

No campo de estudos sobre a Igreja Católica e do catolicismo, encontramos um magistral e excepcional texto de um dos fundadores e ex-presidente de CEHILA-Brasil, José Oscar Beozzo (“O Catolicismo: história e contemporaneidade”, vol. 4), bem como de outro “patriarca”: Eduardo Hoornaert (“A Igreja Católica”, vol. 10).

Para além de visões mais amplas, encontramos também estudos monográficos fruto de pesquisa empírica e com “novas abordagens” (história regional, micro-história, história social, história política, história do tempo presente): a atuação do episcopado em diferentes dioceses e períodos da história (William C. de Andrade, Nainora Maria Barbosa de Freitas e Sérgio R. Coutinho, vol. 4; Sylvana Maria Brandão de Aguiar, vol. 10), as missões amazônicas no período colonial (Eduardo G. Quadros, vol. 8), história do tempo presente da Cúria romana sob Bento XVI (Sérgio R. Coutinho, vol. 8), história política das relações com o Estado e a formação da ideia de Nação (Wellington Teodoro, vol. 10), história social na

Neo-Cristandade sob a perspectiva da micro-história (Mabel Salgado, vol. 10) e a educação católica na Primeira República (Mauro Passos, vol.5).

Mas como em todo diálogo, o caminho foi feito também em mão dupla.

A existência da ABHR, sem intensão nenhuma, acabou por fazer com que CEHILA-Brasil repensasse sua identidade inicial e a recolocasse sob novas bases. Em 2002, durante Simpósio realizado na UNIMEP, em Piracicaba (SP) (quando se homenageou os 70 anos de Eduardo Hoornaert), foram dadas respostas a uma pergunta que incomodava aos membros: por que continuar no CEHILA-Brasil se agora existia a ABHR? O que os identificava como grupo de pesquisadores, produtores e socializadores de conhecimento histórico sobre os cristianismos no Brasil?

Vários caminhos se abriram. Os membros sentiam-se vinculados à utopia do grupo fundador e à sua memória; no entanto, reconheciam a necessidade de abrir-se aos desafios e contribuições trazidos pelos novos membros, pelo diálogo com a academia e pelas novas discussões historiográficas, particularmente com a história cultural. Além disso, abriram para a participação de profissionais de diferentes áreas que se dedicavam a estudar o fenômeno religioso, acolhendo com respeito e atenção diferentes posturas teológicas e historiográficas, desde que respeitada uma postura ética de compromisso com a construção de uma sociedade justa, democrática e pluralista.

Daí, entre os objetivos que trilharíamos a partir de então estavam: a realização de pesquisas, estudos e outras atividades científicas, bem como a edição, publicação e divulgação dos resultados; intercâmbios científicos com centros de pesquisa em história e outros campos afins, sediados no Brasil e no exterior; e convênios com outras entidades congêneres, visando atender a seus objetivos.

Nada está concluído

A contribuição da ABHR e de CEHILA-Brasil para os estudos de História do Cristianismo, das Religiões e do fenômeno religioso, de um modo geral, especialmente entre os historiadores em nosso país, é inegável e incontestável.

Nem mesmo a nossa principal organização, que reúne o conjunto de historiador@s do Brasil (a Associação Nacional de História – ANPUH), tinha um Grupo de Trabalho sobre História das Religiões. Este será oficialmente formado somente em 2007, sob o nome de *GT História das Religiões e Religiosidades*, durante a re-

alização do I Encontro Nacional na Universidade Estadual de Maringá (UEM), no estado do Paraná. Mas não custa lembrar que esta iniciativa nasceu ainda em 2003, durante o I Simpósio Internacional Religião, Religiosidades e Cultura, sob a coordenação do Prof. Dr. Jéri Roberto Marin, também sócio fundador da ABHR e participante dos Simpósios de Assis (1999), Mariana (2000) e São Paulo (2002).

Neste momento, ABHR e CEHILA-Brasil tem demonstrado um certo cansaço em suas atividades. Mas nada está concluído. Talvez tenha chegado o momento de, mais uma vez, uma articulação mais intensa em vista da reorganização destas duas importantíssimas associações acadêmicas de nosso país.

Ainda há muito a ser feito, especialmente nesta conjuntura política onde o mundo religioso tem sido um instrumento importante tanto para uma pauta anti-científica e antiemancipatória, como instrumento de resistência em defesa de um “projeto de vida para todos”.

Referências bibliográficas

CEHILA. *Catálogo de Publicações 1995*. Petrópolis: Vozes, 1995.

CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado?* Sobre a história e os historiadores. São Paulo: Ed. Ática, 1995.

COUTINHO, Sérgio R. “Para uma história da Igreja no Brasil”: os 30 anos da Cehila e sua contribuição historiográfica. In: SIEPIERSKI, Paulo D.; GIL, Benedito M. (org.). *Religião no Brasil: enfoques, dinâmicas e abordagens*. São Paulo: Paulinas, 2003. pp. 67-86.

COUTINHO, Sérgio R. Por que aconteceu o que nos aconteceu? A CEHILA e os novos rumos da história do cristianismo na América Latina. In: *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis: Vozes, n. 260, outubro de 2005. pp. 923-928.

DUSSEL, Enrique. Tensiones que constituyen la personalidad funcional de CEHILA. In: *Boletim Cehila*. São Paulo: n. 47-48 (encarte), março de 1994. pp. 15-17.

FEITLER, Bruno; SOUZA, Evergton S. (org.). *A Igreja no Brasil: normas e práticas durante a vigência das Constituições Primeiras do arcebispado da Bahia*. São Paulo: Ed. UNIFESP, 2012.

NEVES, Luiz Felipe Baeta. *Vieira e a imaginação social jesuítica: Maranhão e Grão-Pará no século XVII*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997a.

NEVES, Guilherme Pereira das. *E receberá mercê: a Mesa da Consciência e Ordens e o clero secular no Brasil (1808-1828)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997b.

LONDOÑO, Fernando Torres. “Produção historiográfica sobre a Igreja da América Latina nos últimos 50 anos”. In: HOORNAERT, Eduardo (org.). *História da Igreja na América Latina e no Caribe (1945-1995): o debate metodológico*. Petrópolis: Vozes, 1995. pp. 191-214.

SOUZA, Laura de Mello e. História da cultura e da religiosidade. In: ARRUDA, José J.; FONSECA, Luís A. (org.). *Brasil-Portugal: História, agenda para o novo milênio*. São Paulo: EDUSC, 2001.

SUESS, Paulo. A história dos Outros escrita por nós: apontamentos para uma autocrítica da historiografia do cristianismo na América Latina. In: *Boletim Cehila*. São Paulo: n. 47-48 (encarte), março de 1994. pp. 02-14.

VAINFAS, Ronaldo. História da cultura e das religiosidades no Império colonial português (séculos XV-XVIII). In: ARRUDA, José J.; FONSECA, Luís A. (org.). *Brasil-Portugal: História, agenda para o novo milênio*. São Paulo: EDUSC, 2001.

¹ Usamos o artigo definido “a” para falarmos da “Comissão de Estudos em História da Igreja na América Latina” (a CEHILA) e o artigo definido “o” para “Centro de Estudos em História da Igreja na América Latina”, área Brasil (o CEHILA-Brasil).

² As oito áreas citadas são: México, Caribe, América Central, Andino-Incaica, Cone Sul, Brasil, Protestantes e Hispanos nos Estados Unidos.

³ Podemos incluir Paulo Siepierski neste grupo, mesmo não passando pelos cursos de CEHILA.

⁴ Preciso matizar esta informação em relação ao Brasil. A “primeira geração” participou por muito tempo na organização e consolidação do CEHILA-Brasil: Eduardo Hoornaert, José Oscar Beozzo, Riolando Azzi, João Fagundes Hauck, Frei Hugo Fragoso, Martin Norberto Dreher, Antônio Gouvêa de Mendonça, Maria Luiza Marcílio, Paulo Suess, Paulo Maria Tonucci, José Grossi Dias entre outros.

⁵ Foi durante o XVII Simpósio com o tema “500º do Cristianismo na América Latina”, de 18 a 21 de julho de 1990, Santiago do Chile, Chile.

⁶ A 1ª Conferência Geral aconteceu em outubro de 1984, no México.

⁷ Segundo o Catálogo de Publicações de CEHILA-Brasil em 1995, havia cerca de 60 títulos só em língua portuguesa. (CEHILA, 1995, p. 63-69).

⁸ Aqui também preciso matizar a informação, pois alguns mantinham (e mantêm) ainda uma boa atuação juntos aos grupos eclesiais e apoiando suas lutas: José Oscar Beozzo e Wagner Lopes Sanchez no Curso de Verão do CEESEP (SP); William César de Andrade e Sérgio Ricardo Coutinho com o Projeto “Memória e Caminhada das CEBs” na Universidade Católica de Brasília UCB), entre 2000 e 2009; e Janira Sodré Miranda no Movimento Negro e Feminista em Goiânia (GO).

⁹ No vol. 2 da *Coleção Estudos da ABHR*, fizemos um balanço dos 30 anos de historiografia do CEHILA-Brasil e o olhar crítico da “Academia” sobre sua produção (COUTINHO, 2003).

¹⁰ Na Ata da primeira reunião realizada em Assis, em 1999, os presentes foram convidados a participar do Simpósio Anual de CEHILA-Brasil que se realizaria no mês de setembro daquele ano. E na Ata da Assembleia Geral de fundação da ABHR, de 25 /05/2000, durante o IIº Simpósio, em Mariana (MG), nas dependências do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFOP, encontramos os seguintes nomes: Paulo Donizete Siepierski, Claudete Ribeiro de Araújo, Lyndon de Araújo Santos, Sérgio Ricardo Coutinho, Martin Norberto Dreher, Severino Vicente, Mabel Salgado Pereira, Eduardo José Crochet, Wellington Teodoro da Silva e Lauri Emilio Wirth. Na 1ª Diretoria encontramos os nomes de Lyndon de Araújo Santos como Tesoureiro, Sérgio Ricardo Coutinho e Wellington Teodoro da Silva como membros titular e suplente, respectivamente, do Conselho Fiscal. Câmara Municipal de Assis, Processo nº 64/04, 2004, ff. 18-26.

¹¹ Na primeira Comissão Editorial da ABHR estava Sérgio Ricardo Coutinho. Os autores foram Paulo D. Siepierski, Paulo Suess, Antonio Gouvêa de Mendonça, Martin N. Dreher, Sérgio Ricardo Coutinho, Lyndon de Araújo Santos, Mabel Salgado Pereira, José Oscar Beozzo, Lauri Emilio Wirth, William César de Andrade, Nainora Maria Barbosa de Freitas, Mauro Passos, Wellington Teodoro da Silva (3x), Eduardo Gusmão de Quadros, Eduardo Hoornaert e Sylvana Maria Brandão de Aguiar.

¹² Paulo D. Siepierski (vol. 2), Mabel Salgado Pereira (vols. 3 e 7), Lyndon de A. Santos (vols. 3, 6 e 7), Wellington Teodoro da Silva (vol. 5) e Eduardo Gusmão de Quadros (vol. 8).

Recebido em 29/03/2020, aceito para publicação em 17/04/2020.